

## **DIFERENÇA, TOLERÂNCIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA: O DESAFIO DO ‘PENSAMENTO’ NO ENSINO MÉDIO**

**Alunas: Raquel Jerez e Laysa Rosa**  
**Orientador: Marcelo Andrade**

### **Introdução**

O projeto de pesquisa da qual fazemos está justificado pela urgência e pela necessidade com que o tema da intolerância com os diferentes tem se imposto em nossos dias. Apesar da intolerância ser um fenômeno social mais amplo, nossa preocupação está centrada principalmente nas escolas. Seja pelo acompanhamento dos noticiários ou pela observação do cotidiano escolar através de pesquisas acadêmicas, percebemos que a intolerância com a diferença – que se expressa claramente em forma de preconceito, discriminações e violência – tem se tornado recorrente na sociedade brasileira.

Procuramos entender a interação entre o nosso contexto plural e a efetivação de uma prática educativa que se fundamente no “estatuto do pensamento”, enquanto uma categoria possível e necessária para a formação destes jovens que cursam o Ensino Médio. Além do que já foi dito, a pesquisa têm o objetivo de contribuir na superação de certo desprestígio em relação ao conceito de tolerância, pois parte-se de uma ideia equivocada de que tolerância representa uma atitude de indiferença. Nesta perspectiva, a tolerância seria algo menor no campo da ética. Acreditamos que este termo é digno de uma defesa mais aprofundada.

Estamos atentos também às possibilidades de contribuirmos positivamente com o Programa Ensino Médio Inovador, proposto pelo MEC, a fim de se repensar novas práticas educativas para este nível de ensino. Neste sentido, a pesquisa também se justifica na medida em que poderá corresponder à histórica demanda de dar maior identidade ao Ensino Médio, deslocando-se tanto das propostas que o vêem como um período meramente propedêutico para a vida acadêmica quanto daquelas propostas que o pensam apenas como curso profissionalizante preparador para a entrada no mercado das classes populares.

Na atual fase da pesquisa, estamos focando nossos esforços na revisão bibliográfica, nas leituras e debates a cerca dos temas levantados pelo projeto de pesquisa, elaborando resenhas dos textos lidos e atas das reuniões realizadas pelo grupo envolvido na pesquisa. É com base neste material já acumulado, que construímos este trabalho. Vale lembrar que o grupo está composto de dois professores doutores, três doutorandos, um mestrando e cinco bolsistas de IC, o que têm nos propiciado um espaço muito rico de aprendizagem, debate e formulação de questões, a partir das leituras realizadas.

### **Objetivos**

Analisar as possíveis relações entre o “estatuto do pensamento” e uma proposta de educação para a tolerância, em resposta aos desafios identificados no cotidiano escolar;

Contribuir com a fundamentação e a consolidação de processos de ensino-aprendizagem que pretendam responder aos atuais desafios da escola em tempos de preconceitos, discriminações, violências e intolerâncias;

Identificar as características fundamentais de uma proposta pedagógica que esteja atenta a um processo educativo que desloque para seu centro o conceito de “pensamento”, configurando uma educação mais respeitosa das diferenças que nos constituem como humanos.

A pesquisa iniciou-se no primeiro semestre de 2011, por isso estamos na fase de revisão bibliográfica e fichamento de obras fundamentais sobre Hanna Arendt.

### **Metodologia**

A metodologia para atingir os objetivos desta pesquisa baseia-se essencialmente na revisão bibliográfica, em leituras e debates a cerca dos temas levantados pelo projeto de pesquisa, confecção de resenhas dos textos lidos e atas das reuniões realizadas semanalmente pelo grupo envolvido na pesquisa.

### **É possível educar para o pensamento?**

Iniciamos o século marcados pelo terrorismo [tal como o 11 de setembro e seus desdobramentos], pelas guerras étnicas [tal como a guerra dos Bálcãs] e por crescentes movimentos de rejeição das culturas minoritárias [tal como a polêmica contra o véu islâmico na França]. Diante desse cotidiano conturbado, violento e “sombrio” em que se encontra a humanidade nos dias correntes, surge a questão: de alguma forma o pensamento educacional poderia ser útil para se compreender e se superar os desafios éticos, sociais e políticos apresentados na contemporaneidade? É oportuno buscar em Hannah Arendt um embasamento teórico para melhor compreender as possibilidades de uma educação moral.

Andrade (2010), em seu artigo denominado “*A banalidade do mal e as possibilidades de uma educação moral: considerações arendtianas*”, trabalha essa questão e afirma que entender a personalidade de Eichmann, oficial nazista condenado pela execução de milhares de judeus no Terceiro Reich, foi fundamental para negar-se qualquer possibilidade de existência de uma ontologia ou patologia como teorias explicativas para o mal cometido, introduzindo, assim, a tese da banalidade do mal.

Segundo Arendt (1993), o mal não pode ser explicado como uma fatalidade, mas sim caracterizado como uma possibilidade da “liberdade humana”. Para a pensadora, o mal é banal quando sua justificativa motivacional é inválida, sem profundidade e incide sobre as massas. O mal encontrado em Eichmann é banal porque não são apresentadas explicações convincentes para seus atos, não há motivação alguma, nem ideológica, nem patológica, nem demoníaca. Porém, a banalidade de Eichmann não o inocenta, isto é, o mal perpetrado de forma banal deve sim ser julgado e seu perpetrador condenado, pois banalidade não significa normalidade. Algo banal não é algo comum, mas sim algo que ocupa o lugar do que deveria ser comum.

Diante do questionamento acerca de como o mal pode se tornar banal, Arendt responde afirmando que o mal se torna banal porque os seus agentes são “superficiais” e suas vítimas são consideradas “supérfluas” (Arendt, 1993; Andrade, 2010).

O fato de Arendt retornar ao caso Eichmann em diferentes momentos de sua trajetória como escritora, demonstra três preocupações recorrentes: 1) entender a mentalidade de um novo tipo de criminoso; 2) alertar para a possibilidade de repetição do fenômeno testemunhado como inédito; 3) discutir as possibilidades de evitá-lo. Nesta perspectiva, a ideia de que valores morais devam ser transmitidos através de conteúdos específicos com a finalidade de funcionar como antídoto para o mal, parece para Arendt, algo simples e sem força de convencimento. Muito além de uma postura metódica, fixa, dogmática e tradicional no processo de transmissão dos valores indispensáveis para convivência harmoniosa entre os seres humanos, a contribuição teórica da filósofa Hannah Arendt apresenta uma abertura para uma prática marcada pelo pensamento e a reflexão.

A crítica arendtiana aos alemães e aos próprios judeus tinha por objetivo desconstruir algumas argumentações que tinham como finalidade explicar o fracasso moral

vivenciado na Europa em “tempos sombrios”, tais como: a teoria da peça da engrenagem, teoria da culpa coletiva e teoria da voz da consciência. Para a autora, as atrocidades cometidas pelo burocrata nazista não se fundamentam no ódio, mas sim na irreflexão. Esta tese esta presente de forma central no livro “*A vida do Espírito*”, aparecendo relacionado à banalidade do mal. Daí a importância de uma prática pedagógica que favoreça a reflexão, a possibilidade de retirar-se do mundo e “resignificá-lo”. Isto é, tomar um posicionamento de estranhamento, posicionar-se criticamente em relação às coisas no mundo. Pensar é, de certa forma, distanciar-se do mundo e em seguida se reaproximar para melhor compreendê-lo.

A possibilidade de uma educação que se relacione com o pensamento, garantindo a autonomia no âmbito do pensamento enquanto campo específico da *vida do espírito*, toma força com as contribuições arendtianas. “*O pensamento, na concepção arendtiana, não pretende uma aproximação manipuladora – tal como o conhecimento que visa alcançar resultados que possam ser acumulados – com as coisas do mundo, mas busca o sentido de cada coisa ser no mundo*” (Andrade, 2010, pág.14). Educar para a reflexão é possibilitar e incentivar atitudes que reforcem o *diálogo interno*, fator fundamental para um processo educativo que se queira moral, minimizando os espaços para a proliferação de atitudes vazias, preconceituosas, irrefletidas e banais.

### **Seria o pensamento uma garantia para o bem?**

Em “*Pensamento e considerações morais*”, Arendt traz um questionamento a cerca de uma possível relação entre atividade do pensar e condicionamento para não realizar o mal. Arendt apresenta as características do pensamento, como seu pertencimento ao campo da filosofia ou metafísica; a inclinação e necessidade humana de pensar além dos limites do conhecimento e, retomando Kant, indica a distinção entre pensamento e conhecimento. A partir desses pressupostos, questiona se a capacidade de julgamento tem alguma relação com a habilidade de pensar. Se houver tal relação, resulta que temos de ser capazes de exigir o exercício do pensamento de todos os seres humanos.

O questionamento acerca da veracidade desta relação baseia-se na constatação a partir do caso de Eichmann, de que o mal pode ser praticado sem qualquer motivo, sendo fruto de uma absoluta incapacidade de reflexão. Para evitar, portanto, esse perigo do mal sem raiz, seria necessário o exercício da razão como faculdade de pensamento.

Tendo em vista essas considerações, a autora resume três proposições: 1) Se existe alguma conexão entre a incapacidade de pensar e o problema do mal, segue-se que a faculdade de pensar não pode ser privilégio de poucos; 2) Se a faculdade de pensar tem uma aversão natural a aceitar os próprios resultados como axiomas sólidos, então não podemos esperar dessa atividade nenhum código final de conduta; 3) Se é verdade que o pensar lida com invisíveis, segue-se que ele está fora de ordem (entendido como antinatural, porque extrapola o mundo das aparências, o mundo prático).

Considerando essas proposições, Hannah Arendt procura uma resposta para o problema do mal analisando a experiência de Sócrates, que é tomado como modelo do exercício do pensamento. Sócrates descobriu o conceito. No entanto, Arendt indica que o que mais importa em sua análise é o que Sócrates fez com essa descoberta, e ela entende que “a convicção tornou-se questionável”.

Para exemplificar, ela se utiliza da metáfora do conceito como “pensamento congelado”, que o pensar deve “degelar” para encontrar seu significado. No entanto, esse degelar que desfaz os conceitos, os códigos aceitos pelo senso comum, não produz nenhuma definição substituta, e nesse sentido, esse degelar [pensar] é destituído de

resultados. O próprio Sócrates entendia que o pensamento lida com o invisível, carecendo de manifestação exterior, mas o pensamento tem inevitavelmente um efeito corrosivo sobre todos os critérios estabelecidos para o bem e para o mal e que, portanto, interferem no agir. Arendt também aponta para alguns perigos do exercício do pensamento, como a inversão dos antigos valores que podem ser declarados como novos valores, caracterizando o niilismo. Esse é um perigo inerente à própria atividade do pensar.

O niilismo é o outro lado do convencionalismo e resulta na mesma “rotina irrefletida e sonolenta” dos antigos valores. O pensar, portanto, representa perigo para todas as crenças e não dá, por si mesmo, nenhum novo credo. O não-pensamento, no entanto, apresenta também os seus perigos.

Ao evitar o perigo da investigação ensinam-se as pessoas a agarrar-se a qualquer conjunto de regras, ou seja, elas aprendem a jamais decidir por si mesmas. Para Sócrates, o pensar acompanha o viver e a busca dos significados envolve um amor que antes de tudo é uma falta. Ao desejar o ausente o amor estabelece com ele uma relação. Disso resulta que os objetos do pensamento só podem ser coisas merecedoras de amor; o mal se exclui por definição.

Entende-se a partir daí que o mal não pode ser feito voluntariamente, mas consiste numa ausência, em algo que não é. Com o pensamento “degelamos” conceitos comuns até encontrar seu sentido original. O mesmo exercício de pensar “degela” os conceitos negativos até encontrar sua falta de sentido original, até o nada. Arendt, então, chega a uma conclusão que não procurava: a de que somente as pessoas investidas com esse *eros* de que fala Sócrates são capazes de pensar.

Sócrates ainda apresenta duas proposições que se inter-relacionam, ambas afirmativas: “é melhor sofrer o mal que o cometer” e “seria melhor para mim que minha lira ou um coro por mim regido desafinasse e produzisse ruído desarmônico, e que multidões de homens discordassem de mim, do que eu, sendo um, viesse a entrar em desacordo comigo mesmo e a contradizer-me”. As proposições de Sócrates são resultados da sua experiência do pensamento.

No entanto, Sócrates evidencia um problema ao dizer que “sendo um” não pode se contradizer. Uma vez que articula essa possibilidade de contradição, percebe-se que no pensamento se dá um diálogo de *dois-em-um*, de “mim comigo mesmo”. Para Sócrates, o dois-em-um significa simplesmente que, se queremos pensar, devemos cuidar para que os dois participantes do diálogo do pensamento estejam em boa forma, que os parceiros sejam amigos. É no momento de “estar só” que nos encontramos com nosso outro “eu”.

Parece-nos indispensável esclarecer a distinção entre “solidão” e “estar só” na argumentação arendtiana. No segundo existe o encontro do sujeito consigo mesmo, enquanto no primeiro este encontro não existe, ou seja, quando estamos sozinhos estamos acompanhados de nós mesmos e distantes dos outros; na solidão estamos abandonados pelos outros e por nós mesmos. Para a autora, estar só é estar consigo mesmo retirado do mundo; estar na solidão é estar abandonado de toda e qualquer companhia.

Sócrates defende que é melhor sofrer do que entrar em desacordo com o outro “eu”. Esse amigo, esse outro indivíduo, só se faz presente quando se está só. Logo, a consciência moral é uma antecipação da presença de uma testemunha que o aguarda somente quando se vai para casa. Para viver sem consciência, basta jamais “ir para casa e examinar as coisas”, ou seja, não dar início ao processo do pensamento. No entanto, para viver bem, é preciso ir para casa acompanhado deste “dois-em-um” que nos questiona e com o qual prestamos contas de nossos atos.

Arendt afirma que o pensar em seu sentido não cognitivo é uma necessidade natural da vida humana e não é prerrogativa de uns poucos; é antes uma faculdade que está sempre presente em todos. A inabilidade de pensar não é falta de potência cerebral, mas antes, é a

possibilidade de esquivar-se dessa interação consigo mesmo que caracteriza o pensamento. Portanto, pensar, enquanto tal, beneficia muito pouco a sociedade, não cria valores, não ira descobrir definitivamente o que é “o bem” e não confirma valores e regras de conduta, mas antes os destrói. Mas tal destruição tem ainda um efeito liberador sobre a faculdade humana de julgar.

### **Com que outro “eu” quero conviver?**

Em sua trajetória, Hannah Arendt procura entender como homens aparentemente “normais” são desprovidos de suas capacidades de discernimento quando envolvidos em um aparato burocrático. E afirma que o mal, assim como totalitarismo, se apresenta como algo capaz de alastrar-se pela sociedade, sendo reproduzido por aqueles que não realizam o exercício de refletir sobre os acontecimentos.

Arendt critica os “filósofos profissionais”, pois ela acredita que o pensamento desconexo do mundo material não tem valia. Ela demonstra grande admiração por Sócrates, que possuía a capacidade de construir uma ponte entre o mundo impalpável do pensamento e o mundo das aparências.

Ainda que o pensamento não seja uma ação, é uma forma de diálogo conosco, gerando uma reflexão sobre nossas ações e, de alguma maneira, prevenindo o mal. Neste sentido, entendendo que a faculdade de pensar tem consequências morais, conclui-se que o ato de pensar exige um momento de intimidade de “si consigo mesmo”, ou seja, a atividade de refletir trabalha com a ideia do “eu interior”, do autoconhecimento como um pilar da consciência.

Ao pensarmos em totalitarismo, que se baseia em impor formas homogêneas de agir e pensar, podemos dizer que ele contribui significativamente com a privação da capacidade de pensar nos indivíduos a ele submetidos.

Assy (2001a), em seu trabalho denominado “*Hannah Arendt: do mal político á ética da responsabilidade pessoal*”, afirma que embora imprescindível a uma boa conduta, a faculdade de pensamento pode gerar uma espécie de aprisionamento, na medida em que caminha no sentido de uma reflexão individual sobre um fenômeno que é coletivo. Da mesma forma que um comportamento geral se apresenta como uma resultante de preceitos comuns guiados pela ética, os particulares podem se converter em uma exemplaridade. Assy expõe também como a vontade está presente na capacidade de julgar e escolher. Operando a distinção do que consideramos certo ou errado, iremos fazer nossas escolhas de acordo com aquilo que queremos como companhia, daquilo (ou de quem) com o qual gostaríamos de conviver.

Desta forma, a vontade implica em uma projeção de futuro, de uma possível composição daqueles valores que se pretende como ambiente coletivo. A capacidade de pensar, refletir, promover um diálogo interno, caminharia próximo ao “julgar” que se apresenta como uma condição para o questionamento, e, por conseguinte, a uma resistência aos regimes totalitários.

### **Pensamento e relação direta com o mundo**

Diante de questionamentos acerca dos motivos que levaram Arendt a escrever “Eichmann em Jerusalém”, ela apresenta três: primeiro, saber quem de fato era Eichmann; segundo, avaliar os aspectos jurídicos contidos na possibilidade de um novo tipo de crime; e por último o desejo que Arendt possuía de se expor ao perpetrador do mal. Movida por essas inquietações, Arendt iniciaria uma investigação sobre moralidade, dando abertura a uma nova fase, visto que nunca antes havia abordado tal tema.

Arendt pode perceber em Eichmann uma expressão latente da ausência do pensamento crítico e independente, sua reação foi diferente da que esperava, já que não se deparou com um ser sinistro, mas sim com um homem totalmente comum e medíocre, que utilizava frases prontas e clichês, demonstrando incapacidade de formular respostas por si mesmo, ou seja, vivia na ausência do pensamento.

A respeito do uso dos clichês e códigos de expressões convencionais, podemos dizer que estes têm a função de proteger quem os utiliza da realidade, pois poupa o sujeito de realizar uma reflexão mais profunda sobre os fatos. Na mesma linha de pensamento, devemos lembrar o quão perigosa pode ser a obediência cega, ou seja, obedecer ordens dadas sem refletir sobre elas. É seguindo este raciocínio que podemos alegar que a capacidade de pensar pode evitar que se cometam erros, ao menos se tratando das “situações-limite”.

Tratando da banalização do mal, Assy (2001) afirma em seu texto “*Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt*” que esta se dá em detrimento à faculdade de pensar, atividade que nos conduz à profundidade, e ao utilizar o termo “banalidade” há uma aproximação com a ideia de um fenômeno sem raízes, ou seja, a ausência do mal radical.

Neste texto, Assy apresenta três proposições levantadas por Arendt a respeito da relação entre a faculdade de pensar e o problema do mal. Primeiro, deve-se pressupor que a faculdade de pensar seja acessível a todos. Segundo, não se pode presumir que o pensamento conduza às proposições morais ou as regras de conduta ética. Terceiro, se o pensamento não faz parte da ordem natural do mundo das aparências, logo não possui relação direta com o mundo.

Assim, mais uma vez afirmamos que o pensamento enjaulado no “mundo das ideias”, distante do mundo palpável, não nos interessa, visto que este não traz benefícios à sociedade e não visa modificar e corrigir os problemas vividos pela coletividade.

## Conclusão

Visto que este trabalho foi desenvolvido com base nos estudos iniciais de uma pesquisa bibliográfica que se encontra em fase inicial, na qual focamos em revisões de textos e no aprofundamento teórico, não nos cabe uma conclusão final por enquanto, mas tão somente considerações parciais que nos lançam para os próximos momentos da pesquisa.

Todavia, o que podemos afirmar é que de fato percebemos que o estudo sobre a personalidade de Eichmann, o oficial nazista analisado por Hannah Arendt, tem indicado que o problema do mal não tem uma explicação em nossa tradição filosófica, teológica, literária ou psicológica, mas revela um homem comum, com comportamentos considerados bons e desejáveis, porém sem capacidade de refletir e pensar seus próprios atos.

A banalidade do mal, estudada por Arendt, pode ser uma categoria de análise importante para entendermos os atos intolerantes praticados contra grupos minoritários ainda hoje na sociedade brasileira, especialmente no contexto escolar, e é com base nesta categoria que seguiremos nossos estudos a fim de, quem sabe, encontrar respostas e elucidaciones que beneficiem as pesquisas sobre os jovens no cotidiano da escola.

## Referências

- 1 - ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas.** In: Revista Brasileira de Educação, volume 15, nº 43, jan-abr 2010, p. 109-125.

- 2 - ARENDT, Hannah. **Pensamento e considerações morais**, in: A dignidade da política, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993, p. ???-???
- 3 - ASSY, Bethânia. **Eichmann, banalidade do mal e pensamento em Hannah Arendt**, in: MORAES, E.J. e BIGNOTTO, N. (org.) Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pág. 136-165.
- 4 - \_\_\_\_\_. **Hannah Arendt: do mal político à ética da responsabilidade pessoal**, in: AGUIAR, O.A. e outros (org.). Origens do totalitarismo: 50 anos depois, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001<sup>A</sup>, pág. 87-101.
- 5 - SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.